

Evolução do défice externo agrícola, particularmente no domínio alimentar, e suas causas

Portugal foi durante muito tempo um país basicamente agrícola. Embora a industrialização no pós-guerra, e principalmente a partir de 1960, tenha alterado bastante a estrutura produtiva, uma parte importante da exportação é ainda constituída por produtos agrícolas ou derivados de produtos agrícolas. O sector agrícola é basicamente produtor de bens alimentares e de matérias-primas para indústrias não alimentares. No primeiro como no segundo casos trata-se de produtos essenciais ao funcionamento do aparelho económico, razão por que, sendo a produção nacional insuficiente, se torna necessária a sua importação. A compra regular de produtos agrícolas estrangeiros não representa problema de maior para os países que se especializam na exportação de produtos industriais, isto é, tipicamente os países desenvolvidos. Mas já para os países subdesenvolvidos, ou num estágio de desenvolvimento intermédio, a situação é diferente: neste caso, a importação de produtos industriais de consumo, assim como de novas máquinas ou de produtos intermédios necessários ao funcionamento das fábricas já existentes, terá de ser financiada por exportações de outro tipo de artigos, normalmente do sector primário (agricultura, pesca e indústria extractiva). Daí que para tais países seja importante manter o comércio externo de produtos primários em excedente, ou, pelo menos, em equilíbrio, a não ser que existam outras fontes regulares e substanciais de divisas estrangeiras. A este respeito, a economia portuguesa representa um caso interessante. Enquanto a situação da balança de pagamentos foi folgada, o persistente e crescente défice do comércio agrícola não foi motivo de grande preocupação, mas, a partir de 1974-75, a situação alterou-se e a noção (que se procurará mostrar ser exagerada) de que neste país «se importa metade do que se come» ganhou grande popularidade e tornou-se símbolo duma situação a corrigir.

O presente artigo analisa alguns aspectos do impacte sobre a balança de pagamentos da evolução do sector agrícola e seu papel na economia nacional desde o princípio dos anos 60. Na secção I quantifica-se o défice do comércio externo agrícola. Na secção II analisa-se a evolução do grau de dependência externa em produtos alimentares agrícolas. E na secção III abordam-se algumas explicações para tal evolução.

Secção I: O DÉFICE COMERCIAL AGRÍCOLA ¹

O montante do défice do comércio externo de produtos ligados ao sector agrícola está grandemente dependente da decisão de quanto ao que aí deva ser incluído ou excluído. Tal decisão é delicada quando se trata de produtos industriais cuja matéria-prima-base é agrícola. Em muitos casos, o grau de transformação industrial é reduzido (por exemplo, farinhas, concentrado de tomate, conservas), pelo que não há dúvida de que devem ser incluídos. Mas é menos óbvio o tratamento a adoptar quando o grau de transformação seja bastante maior; como é o caso de dois importantes produtos da exportação nacional, os têxteis de fibras naturais (lã e algodão) e a pasta para papel, para já não falar de produtos com relativamente menor importância no comércio externo português, como mobiliário de madeira, papel, resinosos, artigos de borracha natural, etc. Para este tipo de produtos, o critério de delimitação terá de ser algo arbitrário, dependendo do tipo de análise que se pretende desenvolver. Finalmente, existe comércio relacionado com o funcionamento do aparelho produtivo agrícola (basicamente petróleo e derivados para uso agrícola, adubos químicos, herbicidas, máquinas e ferramentas agrícolas) que deveria igualmente ser considerado.

Na prática, as delimitações possíveis estão também limitadas pela impossibilidade de um tratamento exaustivo e pela forma como os dados estatísticos estão disponíveis. No presente artigo, o critério seguido foi o seguinte. Foram incluídas todas as transacções em produtos agrícolas em estado bruto ou que apenas sofreram certos tratamentos usuais no comércio internacional ². Todos os produtos das indústrias alimentares ³ estão também abrangidos por se considerar que o grau de transformação industrial não é muito profundo. De produtos não alimentares transformados apenas foram incluídos artigos simples de madeira ou cortiça e pasta para papel, por provirem de actividades estreitamente ligadas a matérias-primas de produção nacional ⁴. No que diz respeito aos *inputs* utilizados na agricultura, consideraram-se apenas os adubos e os tractores e outras máquinas agrícolas, por serem os únicos produtos relevantes de fácil identificação nas *Estatísticas do Comércio Externo* (as fontes disponíveis não parecem permitir a determinação da parte das importações de petróleo e produtos derivados utilizados na agricultura). Note-se que, por este critério, não são abrangidas as exportações têxteis portuguesas, o que, dado o seu elevado quantitativo, obviamente afecta o montante e até o sinal da balança comercial agrícola. Tal exclusão justifica-se pelo facto de se pretender tratar o sector agrícola nacional, e não indústrias que laboram basicamente matéria-prima importada (mesmo que seja de origem agrícola).

A balança comercial agrícola para os anos 1960-61, 1970-71 e 1973 e (para comparação) a balança comercial total são apresentadas no quadro n.º 1 (os dados são derivados das *Estatísticas do Comércio Externo*, onde

¹ O sector agrícola é entendido no sentido lato, incluindo tanto as actividades agrícolas propriamente ditas como a pecuária, a caça e a silvicultura.

² Por exemplo: uma parte de lã importada vem já branqueada; a cana-de-açúcar é sempre reduzida a ramos no país exportador; a madeira importada vem por vezes na forma de esquadriada ou simplesmente serrada.

³ Nas indústrias alimentares está incluída a produção de alimentação animal.

⁴ Pelo mesmo critério se poderiam incluir mobílias de madeira e peles e couros, mas os quantitativos importados ou exportados são diminutos.

as importações são avaliadas CIF e as exportações FOB). O comércio externo em produtos agrícolas e relacionados com a agricultura apresenta um défice fortemente crescente tanto em valores absolutos como em valores relativos, passando de 5 % do défice comercial total em 1960-61 para 8 % em 1970-71 e 15 % em 1973. A contribuição mais importante para esta evolução provém da rubrica «Alimentação e bebidas», a qual, nos primeiros anos da década de 60, era ainda excedentária, mas que no princípio dos anos 70 se tornara já fortemente deficitária, representando 10 %-12 % do saldo negativo total. Isto mostra que, em termos líquidos e a preços correntes, o País foi auto-suficiente em abastecimento alimentar, tendo-se depois tornado importador. Foi portanto durante os anos 60 que a produção alimentar nacional deixou de dar uma contribuição positiva para a balança de pagamentos, passando também ela a absorver recursos em divisas estrangeiras obtidos de outras fontes.

Balança comercial agrícola a preços correntes (continente e Ilhas) (a)

(Unidade: 10⁶ escudos)

[QUADRO N.º 1]

	1960-61 (média)	1970-71 (média)	1973
Total do comércio externo	- 7 891 (100 %)	- 15 057 (100 %)	- 29 365 (100 %)
Total de comércio em produtos agrícolas relacionados com a agricultura	- 368 (4,7 %)	- 1 224 (8,1 %)	- 4 336 (14,5 %)
Alimentação e bebidas	+ 10 (b)	- 1 851 (12,3 %)	- 3 081 (10,3 %)
Outros produtos	- 171 (2,2 %)	+ 743 (a)	- 554 (1,9 %)
Agrícolas não transformados	- 1 994	- 2 724	+ 5 742
Florestais não transformados	- 3	- 252	- 614
Florestais transformados	+ 1 826	+ 3 719	+ 5 742
Azubos e máquinas agrícolas	- 207 (2,6 %)	- 418 (2,8 %)	- 701 (2,4 %)

Fontes: calculado a partir de INE, *Estatísticas do Comércio Externo*, vários anos.

Notas — O comércio externo total não inclui a importação de diamantes em bruto de Angola e a sua reexportação para o Reino Unido.

A rubrica «Produtos florestais não transformados» inclui apenas matérias-primas para a tinturaria e enrançamento e madeira em bruto, esquadrada e simplesmente serrada.

A rubrica «Produtos florestais transformados» inclui apenas pasta para papel e artigos simples de madeira.

(a) Os quantitativos apresentados referem-se a exportações FOB menos importações CIF; o sinal — representa um défice e o + um *superavit*.

(b) Esta rubrica e o total têm sinais contrários.

Para outras notas ver o texto.

No respeitante a produtos não alimentares registaram-se saldos, tanto positivos como negativos, de pequena dimensão. Olhando, no entanto, para a respectiva desagregação por tipos de produtos, verifica-se que os produtos agrícolas não alimentares não transformados (onde o peso das importações de matérias-primas para as indústrias têxteis é grande) apresentam saldo negativo crescente e o contrário se passa com os produtos florestais transformados (pasta de papel e artigos simples de madeira). *Grosso modo*,

pode-se então afirmar que, durante o período analisado, a exportação de produtos florestais transformados cobriu as importações das matérias-primas necessárias à indústria não alimentar.

Quanto aos *inputs* para a agricultura, houve sempre importações líquidas, mas os montantes são, em termos relativos, reduzidos: não chegou a 3 % do défice total em nenhum dos anos considerados. Note-se, no entanto, que o saldo negativo apresentado é necessariamente inferior ao real, dada a não inclusão do petróleo utilizado na agricultura.

O quadro n.º 1 mostra, portanto, que a balança comercial agrícola, na forma como foi definida, tem sido deficitária e, a partir de 1960, evoluiu de forma ainda mais desfavorável do que o conjunto do comércio externo. Que tal evolução só mais recentemente tenha sido considerada preocupante deve-se à posição então satisfatória dos pagamentos externos portugueses.

O quadro n.º 2 apresenta os saldos da balança básica de pagamentos⁵ e os saldos da balança comercial agrícola. Apesar de existir um desfazamento nos dados referentes aos anos 60, pode-se ver que até 1970-71 o *superavit* da balança de pagamentos aumentou mais do que o crescimento do défice agrícola.

Balança de pagamentos e balança comercial agrícola, a preços correntes (continente e Ilhas)

(Unidade: 10⁶ escudos)

[QUADRO N.º 2]

	1960-61 (média)	1964	1970-71 (média)	1973
Balança básica de pagamentos	n. d.	+ 1 789	+ 5 490	+ 5 066
Balança comercial agrícola	— 368	—	— 1 224	— 4 336
Alimentação e bebidas	+ 10	—	— 1 815	— 3 081

Fontes: quadro n.º 1 e Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração*, vários anos.

Notas — A balança básica de pagamentos para o continente e Ilhas foi calculada conjugando os dados das balanças referentes à «zona escudo» com os das balanças de pagamentos «da metrópole com o ultramar». Estas últimas só estão disponíveis para 1964 e anos seguintes.

Entre 1970-71 e 1973⁶ regista-se uma quase estagnação (ligeira descida) no excedente de pagamentos externos, mas verifica-se um agravamento importante no défice agrícola, em parte atribuível à rubrica «Alimentação e bebidas». É sabido que, posteriormente, a balança de pagamentos se tornou deficitária e o défice comercial agrícola aumentou ainda mais devido às necessidades alimentares duma população que aumentou numericamente em ligação com o retorno colonial e a paragem na emigração.

Em resumo, sendo Portugal um país em situação intermédia de desenvolvimento industrial (o comércio exterior ligado ao sector industrial é também deficitário), a existência de um saldo negativo de tendência crescente na balança comercial agrícola é um factor negativo que pode tornar-se,

⁵ Inclui as transacções correntes e as operações de capitais a médio e a longo prazos, correspondendo, na terminologia anglo-saxónica, ao conceito de *basic-balance*.

⁶ O ano de 1972 não foi considerado, visto se tratar, a vários títulos, de um ano anormal: défice de transacções correntes muito reduzido, excedente da balança básica anormalmente elevado.

em certas situações, um elemento limitativo do crescimento económico. Durante os anos 60, o aumento do excedente da balança de pagamentos cobriu largamente o aumento das importações agrícolas líquidas. A partir de 1970, a situação altera-se. A tendência crescente do défice agrícola accelera-se, mas o saldo dos pagamentos externos já não tem a tendência crescente que revelara anteriormente. Desde 1975, tendo a balança de pagamentos passado a deficitária, o saldo negativo nas transacções ligadas ao sector agrícola, principalmente as causadas pelo défice no abastecimento alimentar, tornam-se um peso na utilização dos escassos recursos em divisas do sistema económico nacional. Daí a necessidade recente de conseguir o reequilíbrio da balança comercial agrícola, ou, pelo menos, de parar a forte tendência crescente do seu défice.

Secção II: DEPENDÊNCIA EXTERNA EM PRODUTOS ALIMENTARES AGRÍCOLAS

Na secção anterior viu-se como a balança comercial agrícola evoluiu de forma desfavorável para Portugal desde o princípio dos anos 60, com relevo para a rubrica «Alimentação e bebidas». Aliás, este último tipo de produção é o que é essencial para compreender a evolução do sector agrícola, não só porque se dirige à satisfação de necessidades básicas e permanentes da população, mas também porque a produção agrícola (propriamente dita) não alimentar é de reduzida importância em Portugal e nas actividades silvícolas a estrutura e o ciclo produtivos são bastante diferentes. A presente secção restringe-se, portanto, ao estudo da produção e consumo alimentares.

Tornou-se noção corrente em Portugal nos últimos anos a de que o País «importa metade do que come». Note-se que este tipo de afirmação, muitas vezes veiculado através de textos ou comentários televisivos de redactores de economia dos meios de comunicação social, prima pela não indicação dos dados estatísticos utilizados e do método de cálculo ou, pelo menos, da fonte de informação. Ora a pesquisa feita pelo autor deste artigo dos estudos e publicações onde mais provavelmente se encontrasse este tipo de cálculos não permitiu localizar a fonte das referidas afirmações. Os dados que mais se aproximam são os que são publicados no Plano de Médio Prazo 1977-80 e reproduzidos no quadro n.º 3. Aí se indica que a relação importações/consumo aparente (em quantidades) era de 33,6 % em 1974, sendo, portanto, crível que dois a três anos mais tarde tal percentagem fosse já perto dos 50 %. Partir-se-á portanto do princípio de que são cálculos do tipo dos do quadro n.º 3 os que constituem a base empírica da noção corrente quanto ao grau de dependência externa no domínio da produção alimentar.

É óbvio que existem vários tipos de indicadores, cada um adequado à análise de certo tipo de situações. Os dados atrás referidos permitem certamente uma análise da evolução da dependência externa quanto aos produtos aí incluídos (o que foi provavelmente o objectivo original do estudo), mas, por outro lado, são particularmente inadequados à análise da dependência externa total do abastecimento alimentar do País (utilização essa que parece ter sido dada aos dados agregados constantes do referido quadro). Senão vejamos. Em primeiro lugar, o total tanto das importações

Evolução da relação importações/consumo aparente (percentagem)

[QUADRO N.º 3]

Grupos-produtos	1969	1970	1971	1972	1973	1974
<i>Alimentação humana</i>	12,8	13,5	11,8	15,3	14,2	19,0
I	0,6	0,5	0,7	1,4	2,0	2,0
Leite	0,5	0,3	0,5	1,2	1,9	1,8
Queijo	1,5	3,4	4,2	5,1	3,4	4,3
II	6,5	9,8	15,1	16,6	13,4	16,7
Carne	3,8	3,4	11,8	14,8	8,5	14,0
Peixe	9,8	16,5	19,8	19,9	19,1	22,1
Ovos	—	—	—	—	—	—
III	40,2	25,4	28,5	48,4	38,7	31,0
Gorduras vegetais	57,1	33,1	37,8	64,0	51,0	40,6
Gorduras animais	0,8	2,9	3,5	4,5	3,0	5,0
IV	35,4	37,5	25,3	35,5	37,0	49,7
Cereais	30,5	27,1	15,8	22,8	24,0	26,8
Legumes secos	17,2	14,0	12,8	14,0	20,5	15,0
Açúcar	70,9	110,9	89,1	101,9	96,7	118,8
V	1,0	1,3	2,0	2,8	2,4	3,8
Hortícolas	—	—	—	—	—	—
Batata	0,6	—	—	1,2	0,8	2,8
Fruta	3,8	6,0	8,8	9,8	8,7	12,7
<i>Alimentação animal</i>	51,7	53,7	63,0	66,0	71,7	75,0
Cerais	44,0	45,6	53,2	61,8	67,7	71,8
Bagaços	101,1	102,4	118,7	91,1	93,7	95,3
Total da alimentação	18,3	18,8	21,2	26,0	27,0	33,6

Fonte: Ministério do Plano e Coordenação Económica, 1977, Plano 77-80, relatório de grupo de trabalho n.º 1 (Alimentação), quadro 21 do anexo estatístico, p. 179.

como do consumo é obtido por soma das quantidades ⁷ de produtos tão diferentes como cereais, carne, leite ou gorduras vegetais. Em consequência, os produtos que movimentam maior tonelagem são os que maior peso têm no resultado final. Em segundo lugar, são adicionados produtos com graus de transformação diferentes, como é o caso do leite e do queijo, dos cereais e das gorduras vegetais, da batata e do açúcar. Em terceiro lugar, a lista de produtos exclui as nossas mais importantes exportações alimentares, o concentrado de tomate e o vinho. Finalmente, a relação importações/consumo aparente, isto é, $M/(X + M - E)$, onde X representa a produção nacional, M as importações e E as exportações (sempre em quantidades), não mede a dependência em relação ao exterior, na medida em que a expressão do numerador (ao contrário da do denominador) ignora as exportações. Ora, de facto, havendo exportações, uma parte das importações

⁷ As quantidades são medidas em toneladas métricas.

pode ser considerada como tendo sido obtida em troca: a dependência em relação ao exterior não deriva da existência de importações, mas antes do facto de o saldo ser negativo. Portanto, a fórmula que deveria ser utilizada é a relação importações líquidas/consumo aparente, isto é, $(M - E) / (X + M - E)$, a qual, regra geral, será inferior à que foi adoptada no quadro extraído do Plano 77-80. Na prática, para cada produto de per si, a diferença entre os resultados das duas fórmulas será quase sempre negligenciável, porque normalmente são reduzidas as exportações de produtos que é necessário importar, e não se importam produtos que o País produz em quantidade e qualidade suficiente para exportar⁸, razão pela qual o quadro n.º 3 é apropriado para uma análise produto por produto. Mas já o mesmo não se passa quando se considera o conjunto da produção alimentar e se procura medir a dependência externa total; neste caso é indispensável entrar em conta com as exportações (e portanto com os produtos que são exportados em quantidades significativas) e os resultados serão diferentes conforme a fórmula que por utilizada.

São mais adiante apresentadas estimativas do grau de dependência externa em alimentação de origem agrícola (a pesca não está portanto incluída), adoptando-se um método de cálculo diferente, que procura obviar aos inconvenientes acima referidos e cujos princípios gerais são os seguintes.

Em primeiro lugar, todos os produtos transformados foram convertidos em quantidades de produtos agrícolas de base, isto é, as farinhas em cereais, o queijo em leite, o azeite em azeitonas, o vinho em uvas, etc. As únicas excepções são os casos em que, não existindo produção nacional, os bens importados passam sempre por alguma operação mínima de transformação (exemplo: sendo o açúcar sempre produzido a partir de ramas importadas, não faria sentido convertê-las na quantidade de cana-sacarina que lhes deu origem). A utilização de tabelas de conversão leva necessariamente a erros e imprecisões, mas trata-se, em qualquer caso, de um método mais legítimo do que a simples adição de bens transformados a produtos agrícolas no estado bruto.

Em segundo lugar, para permitir adicionar produtos diferentes foi utilizado um vector de preços, os preços médios ao produtor no ano de 1970 para todos os produtos de que exista produção nacional e os preços médios de importação CIF do mesmo ano para os que são obtidos exclusivamente por importação. Por este processo, todos os bens são avaliados pelo sistema nacional de preços relativos de 1970, mesmo aqueles bens cujos preços internacionais sejam inferiores aos nacionais (exemplos: carne de vaca e trigo).

Em terceiro lugar, a lista de produtos incluídos nos cálculos é tão exaustiva quanto o permitem as fontes estatísticas utilizadas.

Finalmente, o indicador de dependência externa adoptado é a relação importação líquida/ consumo aparente, $(M - E) / (X + M - E)$, pelas razões já atrás apontadas.

A fonte básica de dados foram as balanças alimentares do INE, onde se encontra compilada informação sobre os volumes de produção, impor-

⁸ No domínio da indústria é corrente o comércio internacional em produtos similares, mas diferenciáveis (por exemplo, a troca de *Renaults* por *Fiats* entre a França e a Itália). Para produtos agrícolas, tal tipo de comércio é pouco frequente, quer porque o produto é mais perecível e menos diferenciável, quer porque o protecçãoismo é maior (vide restrições à importação de vinho em Portugal).

tação e exportação de um largo número de produtos alimentares⁹. Para vários produtos, os dados das balanças alimentares revelaram-se insuficientes, quer pelo nível de agregação apresentado, quer por se referirem a produtos transformados. Nestes casos foram utilizadas como fontes supletivas as *Estatísticas Agrícolas, Industriais e do Comércio Externo* (todas do INE) e informações obtidas directamente em departamentos da administração pública ou empresas.

A conversão de produtos transformados em produtos agrícolas de base foi efectuada utilizando as tabelas de factores de conversão publicadas nas *Estatísticas Agrícolas* do INE e pela Fundação Getúlio Vargas — Centro de Estudos Agrícolas (1978, pp. 72-74), coeficientes calculados a partir das *Estatísticas Industriais* do INE¹⁰ e ainda informações prestadas pelo Eng. Duarte Amaral, da AGAA, e pelas Dr.^{as} Décia Carreira, do ISA, Conceição Matos, da DGCC, e Alda Carvalho, da DGCC. Tomou-se em atenção a necessidade de evitar duplicações nas transacções em que alguns produtos podem ser obtidos como subprodutos na fabricação de outros. O exemplo mais flagrante é o da manteiga, que é normalmente preparada a partir dos acertos de gordura efectuados no leite fresco destinado ao consumo ou à indústria. As importações de manteiga foram excluídas dos cálculos depois de se ter verificado que, em todos os anos, as quantidades importadas eram inferiores às que podiam ser obtidas como subproduto do leite condensado e em pó importado no mesmo período.

No que diz respeito a preços (de 1970), os preços pagos aos produtores foram quase todos extraídos das *Estatísticas Agrícolas*¹¹. A qualidade dos dados é desigual. Em alguns casos são preços de garantia fixados pelo Governo e correspondem aos preços praticados de facto. Noutros casos trata-se de médias ponderadas dos preços mensais, por distrito. No entanto, para muitos produtos, principalmente carne e frutas, os preços são apenas médias simples dos preços mensais nos vários distritos produtores, distorcendo por isso a importância relativa das diferenças de preço por região e qualidade. Note-se também que, para os produtos cujo preço é livre, a forma de recolha de informação pelo INE não parece garantir a fidelidade dos dados. Mas, apesar destas limitações, o vector de preços utilizado parece reflectir satisfatoriamente as diferenças de preços relativos mais significativas.

A valorização da uva para vinho levantou um problema especial. As *Estatísticas Agrícolas* indicam preços de uva para vinho¹², mas apenas para um número não representativo de distritos. Isto deve-se ao facto de, na maior parte das áreas produtoras, os viticultores entregarem a sua pro-

⁹ As balanças alimentares referentes aos anos 1963-75 estão publicadas em Campos (1977); a referente a 1976 foi obtida directamente do INE (note-se que as balanças alimentares, tal como são publicadas nas *Estatísticas Agrícolas*, estão incompletas, porque não indicam os volumes das importações e exportações). A Dr.^a Elsa Teixeira Dias e o Dr. Noronha, ambos do INE, prestaram informações complementares muito úteis ao manuseamento dos dados.

¹⁰ Só os coeficientes que revelam uma razoável estabilidade em períodos de 3-4 anos é que foram utilizados.

¹¹ Para alguns frutos e para a cevada dística foram utilizados dados não publicados fornecidos pelo INE e pela SOCER, respectivamente.

¹² Diferentes dos preços de uva de mesa. Note-se também que, nas balanças alimentares do INE, a produção de vinho se refere àquele que foi produzido com uva do ano anterior, aspecto que houve que tomar em consideração nos cálculos.

dução nas adegas regionais e, ao invés de receberem um preço pela quantidade de uva entregue, virem antes a receber uma quota-parte das receitas da venda do vinho. Conhecendo-se (como é o caso) o preço do vinho e o factor de conversão de uva para vinho, é possível calcular um preço implícito da uva para vinho, o qual, no entanto, inclui certos descontos destinados ao pagamento dos serviços da adega. Na impossibilidade de obter dados mais precisos, foram consideradas duas hipóteses quanto ao respectivo preço; hipótese I, em que foi usado o preço implícito da uva para vinho; hipótese II, adoptando o preço implícito anterior majorado de 25 %, margem arbitrariamente atribuída ao processo de transformação de uva em vinho realizado na adega.

Os preços médios (CIF) das importações foram todos calculados a partir dos dados das *Estatísticas do Comércio Externo* do INE.

Foram ainda necessários vários outros ajustamentos e estimativas de menor importância, tais como a determinação da parte do continente nos dados das *Estatísticas do Comércio Externo*, os quais se referem sempre ao continente e Ilhas (sempre que possível, a correcção foi feita usando os dados sobre comércio externo de produtos agrícolas das *Estatísticas Agrícolas*) e o cálculo da exportação de café (estimativas da DGCC indicam que o contrabando de café para Espanha antes de 1977 poderia andar perto de 40 % das importações).

A lista dos produtos incluídos é idêntica à das balanças alimentares do INE e o âmbito a que se referem os cálculos é o território continental. O período considerado foi 1963-76¹³, dividido em vários subperíodos de três ou quatro anos para atenuar os efeitos das flutuações da produção agrícola devidas a causas naturais e das variações de *stocks*. Os resultados obtidos são apresentados no quadro n.º 4.

A taxa de dependência externa total é positiva em ambas as hipóteses consideradas, o que implica que a produção alimentar tem sido deficitária em relação ao consumo (para os produtos abrangidos pelo estudo), pelo menos desde 1963. Tal défice mostra uma clara tendência crescente. Durante os anos 60, a taxa de dependência externa era baixa e cresceu lentamente, não ultrapassando 7,5 % no quadriénio 1967-70. Mas, a partir de 1970, a dependência aumentou bastante mais rapidamente, chegando a perto de 20 % em 1974-76. Dois tipos de conclusões podem tirar-se destes números. Em primeiro lugar, a dependência externa é bastante inferior à que é sugerida pelo quadro n.º 3 e certamente bastante inferior a 50 %. De facto, mesmo que o crescimento da dependência tivesse sofrido aceleração a seguir a 1976, é ainda assim difícil que em 1978-79 tivesse atingido tal percentagem. Em segundo lugar, embora os níveis atingidos possam não ser ainda exagerados, a deterioração acelerada do grau de auto-suficiência em produtos alimentares agrícolas é preocupante. A tendência é para o crescimento rápido da dependência externa, o que não parece ser sustentável em face da evolução recente da balança de pagamentos, que se tornou deficitária.

A desagregação dos dados por grupos de produtos permite verificar que é em cereais, carne, leite e óleos vegetais¹⁴ que a produção interna se

¹³ À data da redacção do artigo, a balança alimentar de 1977 não estava ainda disponível.

¹⁴ Uma parte do défice em cereais é imputável à produção nacional de carne, a qual é forte consumidora de milho importado para rações animais.

mostra crescentemente insuficiente face à procura interna. Por outro lado, embora tal não seja mostrado no quadro n.º 4, as exportações de concentrado de tomate e de vinho quase estagnaram a partir de 1970, o que contribuiu para o agravamento do défice alimentar total.

Dependência externa em produtos alimentares agrícolas (percentagens), expressa em termos de produtos agrícolas de base, a preços de 1970

[QUADRO N.º 4]

	1963-66	1967-70	1971-73	1974-76
Total, hipótese I	5,5	7,5	14,3	19,2
Total, hipótese II	4,1	6,2	13,1	18,1
Desagregação por grupos de produtos:				
Cereais	22,7	28,4	34,5	48,0
Batatas e mandioca	6,9	4,1	3,1	6,4
Açúcar e mel	91,8	92,5	93,2	93,4
Leguminosas secas	0	1,9	7,1	3,2
Produtos hortícolas	0	0	0	0
Fruta	0	0,6	3,4	2,4
Carne	12,2	13,6	17,9	19,9
Ovos	0	0	0	0
Leite	2,5	9,1	10,7	16,5
Óleos vegetais	32,4	44,6	51,8	62,0
Outros produtos alimentares	100,0	100,0	100,0	100,0
Bebidas, hipótese I	0	0	0	0
Bebidas, hipótese II	0	0	0	0

Fontes: indicadas no texto.

Notas — A dependência externa é medida pela relação $(M - E)/(X + M - E)$, onde X representa a produção, M a importação e E a exportação. Consideram-se duas hipóteses, I e II, quanto ao preço da uva para vinho (ver texto). Considerou-se nula a dependência externa sempre que as exportações excedem as importações.

Para métodos de cálculo ver o texto.

Note-se que o indicador atrás utilizado exprime o grau em que o sector agrícola nacional produz os bens necessários à cobertura (em termos líquidos) do consumo alimentar nacional e, portanto, não mede o valor líquido das importações em relação ao consumo alimentar interno. Quando se procura medir este último, dois novos factores entram em jogo. Por um lado, os preços de importação de certos produtos importantes, como cereais e carne de vaca, são mais baixos do que os preços nacionais¹⁵, o que, portanto, conduz a valores para a importação inferiores aos obtidos pela metodologia anterior. Por outro lado, os produtos transformados terão de ser valorizados como tal, incluindo portanto o valor acrescentado na indústria alimentar. Seria interessante saber em que direcção se moveria o grau de dependência externa se o sistema de avaliação adoptado fosse este último. Nesse sentido foi feita a seguinte estimativa, que, apesar de grosseira, se espera seja significativa. A produção foi obtida como soma do valor acrescentado, a preços correntes, nos sectores agrícola¹⁶ e pecuário e nas

¹⁵ Ou, pelo menos, esse era o caso antes da substancial desvalorização do escudo dos últimos anos.

¹⁶ A produção agrícola não alimentar é reduzida.

indústrias alimentares¹⁷. As importações e exportações de produtos alimentares, a preços CIF e FOB, respectivamente, quer para produtos no estado bruto, quer para produtos transformados, foram extraídas dos dados referentes ao comércio externo agrícola do continente publicados nas *Estatísticas Agrícolas*. O indicador de dependência externa utilizado foi o mesmo que anteriormente, isto é, $(M - E)/(X + M - E)$. O quadro n.º 5 mostra que o grau de dependência externa em 1970 estimado por este último método é ainda inferior ao que é obtido pelo método seguido para o cálculo do quadro n.º 4.

Grau de dependência externa do consumo alimentar agrícola em 1970 segundo dois métodos de estimação

[QUADRO N.º 5]

	Percentagem
Método idêntico ao adoptado no quadro n.º 4:	
Hipótese I	6,2
Hipótese II	5,2
Método alternativo	2,8

Notas e fontes: ver texto.

Em conclusão, o défice alimentar agrícola nacional, quer seja medido em termos de produtos agrícolas de base, quer em valor dos produtos transaccionados, é certamente bastante inferior a 50 %, mas a sua tendência crescente, principalmente a partir do princípio dos anos 70, não parece compatível com a actual situação deficitária dos pagamentos externos portugueses.

Secção III: CAUSAS DO AUMENTO DE DÉFICE COMERCIAL AGRÍCOLA

a) CAUSAS GERAIS

A causa básica do aumento do défice comercial agrícola, e do défice alimentar em particular, reside na relativa estagnação da produção agrícola em face de um consumo que cresce devido, por um lado, ao aumento do rendimento *per capita* e, por outro, ao aumento populacional¹⁸. É sabido que o produto agrícola bruto em Portugal tem aumentado a ritmo muito lento, perto de 1 % ao ano a preços constantes em média, desde, pelo menos, meados dos anos 50. São, portanto, as causas de tal estagnação que importa estudar. No entanto, não se procederá aqui a uma análise aprofundada do tópico, que tem já sido amplamente considerado sob várias ópticas; apenas

¹⁷ A fonte dos dados foi Pilar e Falcão (1973, p. 95).

¹⁸ Este factor torna-se fundamental a partir de 1974, devido à paragem na emigração e ao retorno colonial.

se fará um breve resumo dos principais argumentos em causa, desenvolvendo-se um pouco mais a análise de aspectos que não são frequentemente debatidos.

A estrutura agrária é comumente apontada como uma das principais causas da estagnação do sector agrícola. Vários autores portugueses analisaram a estrutura agrária no nosso país deste ponto de vista¹⁹; algumas organizações internacionais referiram-se especificamente à estrutura da nossa agricultura como inadequada para favorecer o aumento do produto agrícola e o crescimento económico²⁰; e até os planos de fomento do regime anterior chegaram a incluir formas (se bem que restritas) de intervenção estatal na estrutura de propriedade, as quais, no entanto, praticamente não foram aplicadas²¹. Referindo-se à América Latina, os autores da corrente estruturalista dão papel de relevo ao bloqueio estrutural do desenvolvimento agrícola como uma das causas das dificuldades económicas dos países daquela região. Descrevendo situações que de algum modo se assemelham ao caso português, tais autores defendem que em vários países da América Latina a estrutura agrária é inadequada, tendo como resultado um crescimento da produção (principalmente de produtos alimentares) substancialmente inferior ao do consumo e tendo conduzido a aumentos das importações (pressão sobre a balança de pagamentos) e/ou a elevadas taxas de inflação²².

Em relação ao caso português, os «defeitos» da estrutura agrária normalmente apontados são: a excessiva concentração da propriedade da terra (expressa através de índices de Gini e curvas de Lorenz); a reduzida dimensão média da exploração, principalmente nas áreas a norte do Tejo, o que é agravado pelo frequente parcelamento das explorações (muitas já de si pequenas) em vários blocos mais ou menos distantes uns dos outros; a existência de um sector de autoconsumo ainda significativo que sobrevive em áreas de minifúndio usando técnicas agrícolas tradicionais.

Não se pode, no entanto, descurar a importância que factores não estruturais, como a emigração e a política agrícola do Governo, possam ter tido na evolução do sector agrícola. Embora tradicional, a emigração da população rural acelerou-se nos anos 50, e principalmente a partir de 1960, e as remessas dos emigrantes passaram a constituir factor de relevo na economia nacional. O quadro n.º 6 compara a rubrica «Transferências privadas para Portugal» da balança de pagamentos (basicamente constituída por remessas de emigrantes) com o produto agrícola bruto. Se se admitir a hipótese de que cerca de metade das remessas de emigrantes se destinam a famílias rurais²³, então a relação entre as remessas

¹⁹ Cf., entre outras, as seguintes publicações: Almeida e Barreto (1970, pp. 65 e segs.); Caldas (1978, pp. 111 e segs.); Cunhal (1976; especialmente pp. 209 e segs.); Martins (1973, especialmente pp. 441 e segs.); Moura (1974, p. 33); e Pereira (1979, pp. 57 e segs.).

²⁰ Cf. OCDE (1969, p. 18, e 1975, p. 5) e World Bank (1978, pp. 1 e segs.).

²¹ Cf. Caldas (1978, pp. 80-97).

²² Cf., entre outros: Edel (1969, pp. 10 e segs.), Grunwald (1961), Peña (1955) e Tello (1965).

²³ No período 1955-69, 51,4 % dos emigrantes legais com profissão tinham no sector agrícola o seu emprego anterior (calculado a partir de Antunes, 1973, p. 38, quadro 15). Tal percentagem pode, no entanto, subestimar o número daqueles cuja família permaneceu no sector agrícola devido à prática comum nestes trabalhadores de procurarem emprego na cidade antes de emigrarem definitivamente. Não existe

recebidas pelo sector agrícola e o produto agrícola bruto aumentou de 1 % no início da década de 50 para 6 % em 1960, 26 % em 1970 e 35 % em 1972. Apesar de se tratar de um método de estimação bastante imperfeito, os números ilustram bem que as remessas dos emigrantes se tornaram uma importante fonte de receitas (especialmente nas áreas mais afectadas pela emigração) para as famílias rurais, o que explica que a exploração agrícola e seu desenvolvimento se tenham tornado factores bastante menos cruciais para a sobrevivência e relativo bem-estar de muitas daquelas famílias. Note-se também que a emigração afasta do sector as camadas mais jovens (e potencialmente mais dinâmicas) da população rural.

Transferências privadas para Portugal e produto agrícola bruto

(Unidade: 10⁶ escudos)

[QUADRO N.º 6]

Anos	Transferências privadas para Portugal [1]	Produto agrícola bruto a preços correntes [2]	$\frac{(1) \times 0,5}{(2)} \times 100$
1953	300	14 241	1,1
1955	412	14 113	1,5
1960	1 868	15 802	5,9
1965	3 378	20 037	8,4
1970	14 343	27 476	26,1
1972	22 388	31 645	35,4

Fontes: coluna [1]: Antunes (1973, p. 47, quadro 17, e p. 101, quadro A-13); coluna [2]: Caldas (1978, p. 239).

Notas — ver texto.

O sector agrícola sofreu também sempre a ausência de uma política económica sectorial coerente. Ao nível político, os vários governos anteriores a 1974 tiveram de arbitrar e conciliar no conflito entre os poderosos interesses agrários estabelecidos e o crescente sector industrial. Daí resultou uma multitude de leis e regulamentos cujos objectivos nem sempre eram conciliáveis; uma estratégia global, que poderia ter resultado da elaboração dos planos de fomento, nunca foi executada. Ao nível administrativo, a competência para tomar decisões que afectam directamente o sector estava distribuída por vários ministérios e departamentos públicos cujas acções não eram necessariamente coordenadas²⁴. Forma muitas vezes privilegiada de intervenção governamental é a política de preços²⁵. Havia preços controlados e garantidos ao produtor para vários produtos (basicamente os cereais) e livre flutuação de mercado para os restantes. Os preços garantidos dos cereais, apesar de terem sido mantidos constantes até meados dos anos 60, eram dos mais altos da Europa, do que resultou a

informação quanto aos emigrantes clandestinos, mas parte-se do princípio de que a situação não seria muito diferente.

²⁴ Cf. Caldas (1978, pp. 73 e segs.).

²⁵ Para descrições sumárias das políticas de preços agrícolas em Portugal ver OCDE (1967, 1969 e 1975).

sobrevivência de culturas em terrenos marginais ou por métodos ultrapassados e a prática de preços elevados para os produtos destinados à alimentação animal. De qualquer forma, seja devido à incoerência da política de preços agrícolas, seja porque tal política não visava estimular a produção interna, mas antes evitar o aumento descontrolado dos preços dos produtos alimentares (daí o recurso à importação de cereais e carne a preços mais baixos), seja ainda devido ao contexto social e estrutural da agricultura portuguesa, a verdade é que não parece terem os preços agrícolas influenciado substancialmente a produção. Procurou-se correlacionar as variações da produção agrícola com as variações do preço relativo dos produtos agrícolas, utilizando para tal vários índices diferentes e desfasamentos de um ou dois anos, não tendo sido possível obter relações estáveis significativas. (Para tirar conclusões mais sólidas seria necessária uma análise mais aprofundada, produto a produto ou para grupos de produtos).

b) ÊXODO RURAL E SUBSTITUIÇÃO DE FACTORES

Foram atrás brevemente indicados os principais factores que podem explicar a estagnação do produto agrícola e o consequente aumento do défice comercial do sector: falou-se em certos aspectos negativos da estrutura agrária, na ausência ou ineficácia de intervenção governamental no sector e em alguns efeitos da emigração. Estas são, no entanto, causas gerais, capazes de explicar o sentido geral de evolução do fenómeno através da motivação e racionalidade de actuação dos agentes económicos. As causas gerais encontram expressão a um nível mais concreto (material) nas formas de organização e quantidades utilizadas dos factores produtivos. É a este último nível que se situa o argumento avançado num estudo recente do Banco Mundial para explicar a estagnação agrícola portuguesa e segundo o qual a redução na população activa agrícola em Portugal levou a uma redução na utilização global de factores produtivos feita pelo sector. Citando: «A discrepância entre o crescimento global da economia e a estagnação da agricultura deve-se à redução na utilização dos factores produtivos mais importantes e ao facto de a diminuição em um deles (o trabalho) não ter sido suficientemente compensada pelo aumento dos outros. [...] Enquanto a quantidade de trabalho aplicada na agricultura diminuiu, os salários subiram sem que uma utilização mais intensiva da terra e um aumento do investimento viessem compensar a redução no factor trabalho.»²⁶

Para facilidade de exposição formaliza-se a discussão em termos de funções de produção. Se se considerarem apenas três factores, a função de produção do sector agrícola será

$$Y = f(A, L, K)$$

onde Y representa o volume de produção e A, L e K as quantidades utilizadas dos factores terra, trabalho e capital²⁷, respectivamente. O ritmo a que a aplicação de um dos factores pode ser reduzida sem afectar o nível

²⁶ World Bank (1978, p. 118), tradução do autor.

²⁷ O capital inclui o capital fixo (máquinas, edifícios, gado, etc.) e o capital circulante (sementes, adubos, pesticidas, etc.).

de produção é governado por condições técnicas expressas na relação marginal de substituição entre factores. Dado que é bastante limitada a área de terra com boa aptidão agrícola em Portugal, se a população activa no sector agrícola diminui substancialmente, a utilização de capital terá de aumentar de forma adequada para que seja possível aumentar o volume de produção ou, pelo menos, mantê-lo ao mesmo nível. Nestes termos, o argumento do Banco Mundial é de que o investimento no sector agrícola não chegou sequer para compensar totalmente a perda de factor trabalho em favor de actividades não agrícolas e da emigração, sendo por maioria de razão insuficiente para permitir o crescimento da produção. O exame detalhado deste argumento exigiria um conhecimento aprofundado da função de produção do sector agrícola em Portugal, o que não parece ser possível obter, dada a insuficiência de dados e de investigações publicadas sobre o assunto. É, no entanto, possível buscar comprovação, se bem que indirecta e parcial, nos elementos coligidos nos quadros n.ºs 7, 8 e 9. Durante os anos 60, todos os países comparados nos referidos quadros, excepto a Turquia, registaram um declínio da população activa na agricultura e pesca²⁸ igual ou superior a 3 % ao ano²⁹, mas, à parte a Dinamarca, todos eles tiveram uma expansão do produto do sector mais rápido do que em Portugal (em França, o ritmo foi idêntico), assim como uma taxa de investimento mais elevada. A taxa de formação bruta de capital fixo no sector agrícola (e pesca) foi em Portugal inferior a metade da média dos outros países. Esta diferença é demasiadamente acentuada para que seja apenas devida a diferenças na importância das actividades piscatórias ou nos sistemas estatísticos dos diversos países. Se, além disso, partimos do princípio de que o investimento em capital não fixo também foi reduzido (como os dados sobre utilização de fertilizantes químicos do quadro n.º 8 sugerem), a conclusão é de que a taxa de investimento na agricultura em Portugal foi muito baixa, provavelmente apenas a que foi necessária para cobrir a depreciação do *stock* existente, isto é, o investimento líquido pode ter sido quase nulo.

É, no entanto, possível avançar um pouco mais na análise. Pode-se fazer a distinção entre dois tipos de investimento, um que economiza trabalho, *labour-saving* (por exemplo, tractores e máquinas agrícolas), e outro que economiza terra, *land-saving* (por exemplo, fertilizantes, obras de irrigação, etc.). Uma melhor formulação de função de produção seria então

$$Y = f(A, L, K_1, K_2)$$

onde K_1 representa capital tipo *labour-saving* e K_2 capital tipo *land-saving*. Agora, o investimento global necessário para compensar reduções no factor trabalho vai depender da parte de K_1 em $K = K_1 + K_2$. O quadro n.º 9 mostra que em Portugal, desde 1960, o número de tractores e ceifeiras-debulhadoras, apesar de partir de uma base muito reduzida, tem aumentado muito rapidamente, enquanto o contrário se tem passado com o consumo de fertilizantes químicos. Tomando como norma a situação nos países que foram utilizados para base de comparação, esta evolução

²⁸ Devido à forma como os dados são publicados, não foi possível excluir a pesca.

²⁹ Um ritmo de decréscimo de 2,96 % ao ano implica uma redução total de 30 % em 10 anos.

sugere que o investimento na agricultura foi distorcido em favor de bens de capital economizadores de trabalho, logicamente como forma de compensar a fuga de mão-de-obra do sector. Pouca margem deve então ter ficado para investimentos destinados a significativo aumento líquido da produção.

Agricultura e pesca em países seleccionados: formação de capital, crescimento do produto e população activa

[QUADRO N.º 7]

Países	Taxas médias anuais de crescimento		Formação bruta de capital fixo como percentagem do produto interno bruto originado no sector		
	Valor acrescentado(a)	População activa			
	1960-70	1960-70	1960	1965	1969
Portugal	1,6	- 3,6	5,4	5,7	6,9
Turquia	1,7(b)	0,0	—	—	—
Espanha	2,9	- 2,8	9,1	13,2	15,0
Grécia	4,1	- 4,6	15,3	12,5	16,4
Itália	2,7	- 5,6	18,9	13,7	15,8
França	1,6	- 3,7	11,9	16,3	21,0
Reino Unido	2,3	- 3,7	17,5	17,5	18,2
Dinamarca	1,1(c)	- 3,1	14,7	16,0	12,6

Fontes: calculado a partir de Pilar e Falcão (1973, pp. 95-100) e dados do Ministério do Trabalho para Portugal, e OCDE, *Labour Force Statistics*, 1960-71, e ONU, *Yearbook of National Accounts Statistics*, 1971, para os restantes países.

(a) A preços constantes.

(b) Refere-se ao período 1963-70.

(c) Refere-se ao período 1960-69.

Índices de utilização de fertilizantes químicos em países seleccionados

[QUADRO N.º 8]

Países	Adubos potássicos			Adubos azotados			Adubos fosfatados		
	1959-60 (Portugal = 100)	1971-72 (Portugal = 100)	1971-72 (1959-60 = 100)	1959-60 (Portugal = 100)	1971-72 (Portugal = 100)	1971-72 (1959-60 = 100)	1959-60 (Portugal = 100)	1971-72 (Portugal = 100)	1971-72 (1959-60 = 100)
Portugal	100	100	196	100	100	194	100	100	87
Turquia	7	15	400	5	37	1 456	3	50	1 740
Espanha	86	276	323	80	111	269	85	163	166
Grécia	168	116	267	129	196	295	89	241	236
Itália	304	318	206	151	196	252	154	354	199
França	1 271	1 675	259	143	263	357	203	677	288
Reino Unido	2 125	1 184	109	315	370	227	299	397	115
Dinamarca	2 332	1 355	114	244	339	269	213	301	123

Fontes: FAO, *Production Yearbook*, 1962, 1966, 1973, 1975 e 1976.

Notas — Os índices referem-se ao consumo de fertilizantes (expressos em adubos elementares) por hectare de terra arável.

Índices de mecanização em países seleccionados

[QUADRO N.º 9]

Países	Tractores			Ceifeiras-debulhadoras		
	1960 (Portugal = = 100)	1972 (Portugal = = 100)	1972 (1960=100)	1960 (Portugal = = 100)	1972 (Portugal = = 100)	1972 (1960=100)
Portugal	100	100	435	100	100	1 000
Turquia	69	47	294	200	40	200
Espanha	123	167	590	300	220	733
Grécia	277	202	317	600	140	233
Itália	754	658	379	300	210	700
França	1 358	727	233	260	850	327
Reino Unido	—	—	—	—	—	—
Dinamarca	—	577	—	—	—	—

Fontes: FAO, *Production Yearbook*, 1962, 1966, 1973, 1975 e 1976.

Nota — Os índices referem-se ao número de máquinas agrícolas por hectare de terra arável.

Uma outra fonte de crescimento da produção agrícola é a introdução de certo tipo de novas técnicas que não são fáceis de quantificar em termos de volume físico ou monetário dos *inputs*. Pode-se conseguir melhor produtividade de todos os factores utilizados através de melhor selecção de sementes, novas rotações culturais, introdução de novas espécies (ou de espécies de alto rendimento), melhoria na qualificação do trabalho ou na eficácia de utilização de fertilizantes e máquinas. Estes elementos podem ser integrados no contexto das funções de produção pela introdução de um novo factor T, a taxa de variação do progresso técnico, que é normalmente estimado como resíduo. No entanto, o progresso técnico do tipo indicado parece ter sido reduzido, seja porque os agricultores se ativeram às técnicas tradicionais, seja porque o incentivo estatal foi insuficiente. De facto, a existência de serviços públicos de extensão rural é fundamental para proporcionar à agricultura os conhecimentos e o apoio necessários à alteração e melhoria das técnicas culturais. A este respeito, o referido relatório do Banco Mundial afirma: «No passado, tanto a investigação como a extensão rurais tiveram um papel passivo. Estas funções estavam dispersas por cerca de doze repartições com reduzida coesão geográfica. Ambos os tipos de serviços sofriam de séria falta de pessoal e de fundos e as suas actividades estavam isoladas dos problemas do dia-a-dia das explorações agrícolas.»³⁰ Sendo assim, é de admitir que também este tipo de progresso técnico tenha sido reduzido, pouco contribuindo para o crescimento da produção.

Na ausência de investigação mais aprofundada sobre o assunto, os elementos acima coligidos apontam para o subinvestimento como factor de relevo na explicação da estagnação do sector agrícola. Um investimento reduzido e polarizado pela necessidade de substituir a mão-de-obra que abandonava a terra a ritmo acelerado levou a que não tivessem sido utilizados recursos capazes de proporcionar aumento significativo de produção.

³⁰ World Bank, *Portugal, agricultural sector survey*, Washington D. C., 1978, p. 26 (tradução do autor).

CONCLUSÃO

Pelo menos desde o princípio da década de 60, o défice comercial de Portugal com o estrangeiro em produtos agrícolas e relacionados com a agricultura tem vindo a aumentar rapidamente. Esta tendência crescente é preocupante, dado que, a partir de 1970, o excedente da balança de pagamentos se tornou estacionário e, a partir de 1975, se passaram a verificar saldos negativos vultosos. O abastecimento interno em produtos alimentares é um dos factores que contribuem para tal tendência. A dependência nacional global do consumo alimentar em relação às importações cresceu moderadamente até 1970 e muito rapidamente a partir desse ano. No entanto, medida em termos de produtos agrícolas de base a preços de 1970, a importação líquida de alimentação revela uma dependência do exterior bastante inferior à que está implícita na noção muito divulgada de que «se importa metade do que se come».

Como causas gerais desta situação apontou-se a deficiente estrutura agrária, a ausência duma política agrária coerente e o impacto da emigração. A um nível mais concreto, referiu-se a crónica situação de subinvestimento do sector: dada a grande redução da população activa agrícola resultante da emigração, o investimento realizado, além de escasso, foi em grande parte absorvido pela necessidade de compensar a mão-de-obra perdida e tornou-se, portanto, muito reduzido o investimento capaz de proporcionar aumento significativo da produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Carlos, e Barreto, António: *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1970.
- Antunes, M. L. Marinho: *A Emigração Portuguesa desde 1950, Dados e Comentários*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973.
- Banco de Portugal: *Relatório do Conselho de Administração*, vários anos.
- Caldas, Eugénio Castro: *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1978.
- Campos, João da Silva: *Balanças Alimentares. A Balança Alimentar do Continente Português, Período 1963-73*, Lisboa, INE, «Estudos» n.º 51, 1977.
- Cunhal, Álvaro: *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, Lisboa, Edições Avante, 2 vols., 1976.
- Edel, Mathew: *Food Supply and Inflation in Latin America*, Nova Iorque, Praeger, 1969.
- FAO: *Production Yearbook*, Roma, vários anos.
- Fundação Getúlio Vargas — Centro de Estudos Agrícolas: *Balanço e Disponibilidade Interna de Géneros Alimentares de Origem Vegetal*, Rio de Janeiro, 1978.
- Grunwald, Joseph: «La escuela 'estructuralista', estabilización de precios y desarrollo económico: el caso chileno», in *El Trimestre Económico*, n.º 111, 1961.
- INE: *Estatísticas Industriais, Estatísticas Agrícolas e Estatísticas do Comércio Externo*, Lisboa, INE.
- Martins, Júlio Silva: *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Lisboa, Prelo, 2 vols., 1973.
- Ministério do Plano e Coordenação Económica: *Plano de Médio Prazo 1977-80*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.
- Moura, Francisco Pereira de: *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa Seara Nova, 1974.
- OCDE: *Agricultural Policies in 1966*, Paris, 1967; *Le développement de l'agriculture en Europe Méridionale*, Paris, 1969; *Agricultural policy in Portugal*, Paris, vários anos; *Labour Force Statistics*, Paris, 1975.

- ONU: *Yearbook of National Accounts Statistics*, Nova Iorque, vários anos.
- Peña, Horácio Flores de la: «La elasticidad de la oferta y el desarrollo economico», in *El Trimestre Economico*, 1955.
- Pereira, Mário: *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968-70) — Suas Relações com a População e Produção Agrícolas*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1979.
- Pilar, Julieta, e Falcão, Maria Helena: *As Contas Nacionais Portuguesas 1958-71*, Lisboa, INE, «Estudos», n.º 46, 1973.
- Tello, Carlos A.: «El sector agrícola y el desarrollo economico de los países Latino-Americanos», in *El Trimestre Economico*, n.º 125, 1965.
- World Bank: *Portugal, agricultural sector survey*, Washington D. C., 1978.